



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES**

**PROJETO DE LEI Nº , DE DE 2024**  
(Do Senhor Marcos Tavares)

Estabelece que irmãos que se encontram na mesma etapa escolar devem ser matriculados na mesma instituição de ensino, visando fortalecer o vínculo familiar e facilitar a logística das famílias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O presente projeto de lei tem como objetivo garantir que irmãos que estejam na mesma etapa escolar sejam matriculados na mesma instituição de ensino, promovendo a coesão familiar e facilitando a logística para os responsáveis.

Art. 2º Para fins desta lei, consideram-se:

I. Irmãos: filhos dos mesmos pais ou filhos de um dos pais, inclusive adotivos.

II. Mesma etapa escolar: anos letivos correspondentes a um mesmo ciclo de ensino, como ensino fundamental, médio ou educação infantil.

Art. 3º Direito à Matrícula Conjunta:

I. Fica assegurado aos irmãos que se encontrem na mesma etapa escolar o direito de serem matriculados na mesma instituição de ensino.

II. As instituições de ensino, públicas e privadas, deverão adotar as medidas necessárias para garantir a matrícula conjunta dos irmãos, respeitando a capacidade de atendimento e as normas educacionais vigentes.

Art. 4º Procedimento de Matrícula:

I. Os responsáveis pelos alunos deverão informar, no ato da matrícula, a existência de irmãos que estejam na mesma etapa escolar, apresentando os documentos comprobatórios exigidos pela instituição de ensino.

II. A instituição de ensino deverá, dentro de suas possibilidades, assegurar





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES**

a matrícula dos irmãos na mesma turma ou turno, conforme solicitado pelos responsáveis.

**Art. 5º Exceções:**

I. Em casos excepcionais, onde a matrícula conjunta dos irmãos não for possível devido à capacidade de atendimento da instituição ou outras razões justificadas, a escola deverá:

a. Informar os responsáveis pelos alunos sobre a impossibilidade, apresentando as justificativas pertinentes.

b. Oferecer alternativas que possam atender à demanda familiar, como a matrícula em instituições próximas ou a criação de listas de espera prioritárias.

**Art. 6º Fiscalização e Cumprimento:**

I. A fiscalização do cumprimento desta lei será realizada pelos órgãos competentes do sistema de ensino, tanto em âmbito municipal, estadual quanto federal.

II. As instituições de ensino que não cumprirem as disposições desta lei estarão sujeitas a penalidades, conforme regulamentação específica a ser estabelecida pelos órgãos competentes.

**Art. 7º Disposições Finais:**

I. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

II. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em        de        de 2024.

**MARCOS TAVARES**  
**Deputado Federal**  
**PDT-RJ**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES**

**JUSTIFICATIVA**

Garantir que irmãos estudem na mesma instituição de ensino promove o fortalecimento dos vínculos familiares, permitindo que compartilhem experiências educacionais e de convivência diária. Essa medida contribui para a formação de laços mais sólidos entre os irmãos, além de facilitar o suporte mútuo em questões escolares e emocionais.

A matrícula conjunta de irmãos em uma mesma instituição de ensino facilita a logística para os responsáveis, reduzindo deslocamentos e economizando tempo e recursos. Esta medida é especialmente importante para famílias com múltiplos filhos em idade escolar, que muitas vezes enfrentam desafios para conciliar horários e trajetos diferentes.

Ao assegurar que irmãos possam estudar juntos, a lei promove a inclusão e a equidade no sistema educacional. Assegurar a coesão familiar no ambiente escolar contribui para uma experiência educacional mais harmoniosa e positiva para todos os alunos.

A possibilidade de irmãos estudarem na mesma instituição de ensino contribui para a redução de desigualdades, permitindo que todos tenham acesso a oportunidades educacionais semelhantes. Isso é particularmente relevante em áreas onde a oferta de instituições de ensino é limitada.

A aprovação deste projeto de lei é fundamental para promover o fortalecimento dos vínculos familiares, facilitar a logística das famílias e assegurar uma experiência educacional inclusiva e equitativa para todos os alunos. Garantir que irmãos possam estudar na mesma instituição de ensino é uma medida que beneficia diretamente as famílias, contribuindo para um ambiente escolar mais harmonioso e acolhedor.

Sala das Sessões, em        de        de 2024.

**MARCOS TAVARES**  
**Deputado Federal**  
**PDT-RJ**

